

Cartilha diz que vale até agressões

Bob Fernandes

BRASÍLIA — Os grupos que, nas galerias do Congresso, se opuserem às propostas da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — Fenen, devem ser enfrentados "do primeiro ao último minuto de votação" e vale "grito, discussão, insulto, provocação, briga, expulsão, constrangimento e tudo mais". A recomendação é da própria federação que, segundo seu diretor-superintendente, Brasil Demetre, distribuiu tais recomendações em uma circular aos sindicatos das escolas particulares no início do mês passado.

Transformada numa cartilha, a circular recomenda logo em sua segunda página: "Precisamos de muita gente para encher galerias. Além de diretores, esperamos que cada sindicato traga uns seis funcionários para a 'tropa de ocupação'. Na terceira página, há uma lista dos constituintes 'amigos', acompanhada da observação: "Votaram com a escola particular e com as empresas de comunicação através de aliança ou por convicção pessoal".

Amigos — A lista dos "amigos" inclui 45 parlamentares do PMDB, PDS, PFL, PTB e PL. Estão, por exemplo, o líder do PFL, José Lourenço (BA), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Álvaro Valle (PL-RJ), Rita Furtado (PFL-RO), Fausto Rocha (PFL SP), Marcondes Gadelha (PFL PB). Na página seguinte estão os constituintes "cubanos".

— Votaram e se manifestaram contra a escola particular, por motivos ideológicos ou político-partidários —, diz a cartilha logo na abertura da lista de "cubanos". Rita Camata (PMDB ES), Cristina Tavares (PMDB-PE), Otávio Elísio (PMDB-MG), Hermes Zanetti (PMDB-RS) e Joaci Góes (PMDB-BA) são alguns dos "cubanos", cuja relação traz ainda Antônio Salim Curiati (PDS-SP) e José Queiroz (PFL-SE). Entre os "cubanos" estão ainda "todos os líderes do PT, PDT, PCB, PC do B".

— O documento é nosso mesmo, assumimos a paternidade. Precisamos defender os nossos interesses. Nos dias 5 e 6 de agosto, aqui em Brasília, teremos uma reunião da Fenen, quando os sindicatos farão uma avaliação e nos darão uma média da ajuda que teremos para as votações —, adianta o diretor-superintendente da Fenen, Basili Demetre.

"O Que Precisa ser Feito" tem oito itens, dirigidos a no mínimo 200 pessoas, contratadas ou não, que devem encher as galerias; identificação precisa de quem é quem na Sistematização, e pede ampla divulgação da lista de "amigos" e "cubanos". A derrubada do projeto do retator Arthur da Távola, diz a cartilha, foi o princípio da "grande vitória", "fruto do esforço e do trabalho intenso e cansativo de alguns".

Agressão física — Depois de, em sete itens, apontar a "importância da vitória", a cartilha recorda: "Assim, ao ser derrotado o anteprojeto, a Comissão de Sistematização não tem mais o 'famigerado' documento proposto pelos ideólogos de esquerda como aprovado para apenas organizá-lo dentro do projeto de Constituição".

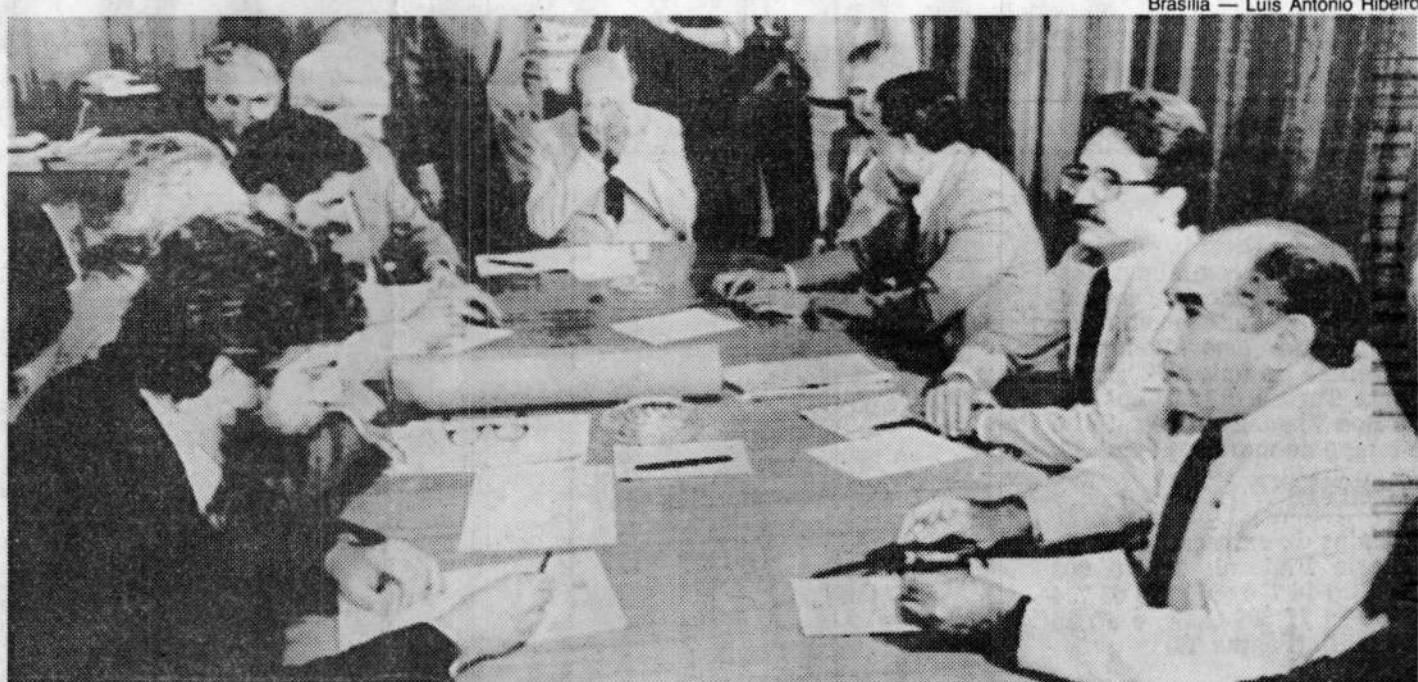
No capítulo O Trabalho, após sugerir até a agressão física como forma de pressão, a cartilha, em mau português pede: "Os constituintes pedem o (sic) grupo de pressão para contrabalançar o dos contrários, para constranger os adversários". Explica, em seguida, "o que não vale": mandar telegramas, cartas ou pedidos aos constituintes; ficar longe de Brasília, não enfrentar no corpo-a-corpo a luta das galerias".

— Ausência de Brasília, caso de (Amazonas, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Espírito Santo e São Paulo). Retirada de Brasília antes da hora (Ceará, Alagoas, Sergipe, Paraíba, município do Rio, Paraná). Na lista de "acertos e fatores favoráveis" estão: "Educação junto com comunicação e tecnologia, aliança com o poderoso grupo de comunicação, a organização, firmeza e solidez do bloco de constituintes evangélicos.

É prossegue a cartilha ao apontar os "acertos": "Ter-se conseguido a derrota do projeto e não o acordo, o crescimento da Fenen diante de outros grupos de empresários, diante dos constituintes e das empresas de comunicação. A identificação da Fenen como grande grupo de pressão".

Um dos "cubanos", o deputado Hermez Zanetti, ligado ao ensino público do Rio Grande do Sul, que fala hoje na Constituinte sobre a questão do ensino, ao tomar conhecimento da cartilha, comentou:

"Como fica claro, eles não gostam de educação em nenhum sentido. Eles querem o dinheiro para enriquecer. Eles querem o dinheiro público para contratar tropas de ocupação, como dizem, que lhes garanta mais dinheiro público. Se nos chamam de cubanos, fica claro pela cartilha que eles utilizam métodos nazistas de persuasão".



Líderes obtiveram de Ulysses a convocação de sessões para debate e hoje vão definir pauta

Emendas populares começam a chegar à Constituinte

Arquivo — 11/7/87

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização se reúne hoje para oficializar o recebimento da primeira emenda popular na Constituinte. A proposta obriga a educação religiosa no ensino de 1º e 2º graus, é subscrita por 66 mil 637 eleitores e as entidades responsáveis são a Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, Conselho de Igrejas para Educação Religiosa e Instituto Regional da Pastoral de Mato Grosso. Além dessa emenda popular, já foram protocoladas seis propostas, mas nenhuma delas preenche os requisitos mínimos, sendo recebidas apenas como sugestão.

A defesa, no plenário, da emenda que normaliza a educação religiosa será feita pelo senador Afonso Camargo (PMDB-PR) e diz apenas: "A Educação religiosa será garantida pelo Estado no ensino de 1º e 2º graus, como elemento integrante da oferta curricular, respeitando a pluralidade cultural e a liberdade religiosa." Depois de recebida oficialmente pela Comissão de Sistematização, a proposta irá para o relator, deputado Bernardo Cabral, que decidirá se vai aproveitá-la.

Só sugestões — As demais sugestões recebidas pela Comissão de Sistematização não preencheram os requisitos mínimos para serem enquadradas como emenda popular. Uma delas é sobre os direitos da criança e não foi assinada por eleitores, apenas por crianças. Outra foi encaminhada pelo Sindicato dos Artistas e acaba com a censura. A terceira sugestão é de autoria de Antônio Figueira Fortuna e prevê a criação da Delegacia de Defesa dos Direitos do Cidadão e de um parque-oficina e de descanso para o idoso. A proposta não diz como funcionaria o parque. Só que seja na Bahia e mantido com recursos públicos.

Uma outra sugestão chegou de entidades católicas da Áustria pedindo o reconhecimento do direito territorial dos índios como primeiros moradores do Brasil e também a demarcação e garantias de suas terras, bem como o direito exclusivo da exploração do solo e sub-solo. Essa proposta chegou com 46 mil 248 assinaturas, mas não pode ser recebida como emenda.

A Câmara Municipal de Cuiabá também fez uma sugestão, a de tornar obrigatório nos



Cabral: educação religiosa

currículos de universidades e escolas para as Forças Armadas, Polícia Civil e Militar e para os órgãos paramilitares de vigilância, o estudo da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Apesar de ter 32 mil 406 assinaturas, a sugestão não é patrocinada por três entidades representativas, e por isso não é emenda. Uma última, com apenas 3 mil 785 assinaturas do Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora, prevê que as escolas particulares tenham direito a receber recursos públicos destinados à educação.

Depois que os funcionários da Sistematização verificam se as propostas preenchem ou não os requisitos e conferem, por amostragem, as assinaturas, o material é guardado em caixas de papelão que já ocupam toda uma parede da sala da comissão, numeradas de acordo com o número da proposta.

□ As emendas populares para serem encaminhadas à Constituinte podem ser assinadas no balcão do Centro Pró-Memória da Constituinte, na Avenida Rio Branco, 44, entre 9 e 18h. É indispensável o título de eleitor. Para que cada proposta possa ter força de emenda constitucional, são necessárias 30 mil assinaturas. O eleitor não pode assinar mais do que três propostas. O prazo para entrega das assinaturas termina no dia 28 de julho.

Valle quer o direito de alterar

Arquivo — 3/7/87

O líder do PFL, deputado Álvaro Valle, vai apresentar, ainda esta semana, emenda ao regimento interno da Constituinte, para permitir a apresentação de substitutivo ao anteprojeto que o relator Bernardo Cabral enviou ao plenário. A iniciativa conta com apoio dos líderes do PFL, deputado José Lourenço, e do PTB, deputado Gastone Righi, além dos conservadores do PMDB, articulados pelo deputado Roberto Cardoso Alves (SP).

Nenhuma proposta que vise a substituir a totalidade ou mesmo capítulos do anteprojeto de Cabral pode ser apresentada. Os defensores da reforma do regimento temem que o relator cumpra a promessa de dar prioridade às emendas populares, dificultando a ação dos conservadores para fazer com que prevaleçam seus pontos de vista no caso, por exemplo, da reforma agrária. Para aprovar a alteração do regimento são necessários 280 votos no plenário.

O líder do PL advertiu que, se a proibição de substitutivo for mantida e o projeto de Cabral for rejeitado no plenário, estará criado um impasse, porque nessa hipótese seria restaurado



Valle: mudar anteprojeto

o anteprojeto da Comissão de Sistematização, "que é muito ruim e desagradou a todo mundo."

Os deputados José Lourenço, Gastone Righi e Cardoso Alves decidiram, em reunião, mobilizar o PFL, o PTB e os conservadores do PMDB para garantir, até o final de agosto, os 280 votos necessários para aprovar a proposta de Valle.

Jovens liberais colhem apoio para monopólio

Um grupo de estudantes universitários que está formando as bases para uma nova corrente no movimento Juventude Liberal entregou ao presidente da Petrobrás, Ozires Silva, um manifesto com 800 assinaturas em defesa do monopólio estatal do petróleo, hoje ameaçado por propostas apresentadas à Constituinte. Foi o primeiro ato público da Juventude Liberal que pretende se manifestar sobre outros assuntos em discussão na Constituinte.

O presidente da Juventude Liberal, Jayme Berbat Filho (18 anos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro), acompanhado de outros líderes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Santa Úrsula, da Cândido Mendes e Universidade Federal Fluminense, todos estudantes de Direito, defendeu a tese de que o movimento estudantil tem que ser suprapartidário, "sem o sectarismo ideológico e radical da esquerda", embora admita que a direita também é radical.

Desvinculados de qualquer atividade política estudantil, eles pretendem lançar um movimento novo nas universidades e não aceitam ser chamados de estudantes de "direita", pois repudiam rótulos, mas se consideram de "certo", embora não cheguem a definir bem o que é uma ideologia liberal.

Segundo Alexandre Bernard (21 anos, UFRJ) — que repudiou a manifestação dos estudantes do Caco contra o ministro das Minas e Energias, Aureliano Chaves — a Juventude Liberal quer manifestações pacíficas pois acreditam que "o grande mal dos movimentos estudantis é o sectarismo e não estamos dispostos à radicalização, nem de um lado nem de outro".

Mesa convoca 12 sessões extras para abrir debate

BRASÍLIA — A partir de terça-feira, a Constituinte realizará 12 sessões extraordinárias com pauta pré-estabelecida de assuntos que devem ser debatidos. Sugerida pelo líder do PC do B, deputado Aldo Arantes, a fórmula foi aprovada na reunião dos líderes partidários com o presidente da Mesa, deputado Ulysses Guimarães. O objetivo é promover o debate constitucional, que ainda não começou no plenário apesar de terem sido feitas sete sessões com essa finalidade. Hoje, os líderes voltam a se reunir para selecionar os temas.

No dia 15 deste mês, quando começou o período de 40 dias destinados ao debate do anteprojeto da Comissão de Sistematização, o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) propôs que a Mesa selecionasse temas para debate. Ulysses rejeitou a idéia, alegando que não se poderia obrigar os parlamentares a discutir assuntos pré-definidos. Com isso, houve desinteresse do plenário e das galerias pelas sessões.

Atendendo a pedido das lideranças do PT, PDT, PC do B e PDS, e do grupo progressista do PMDB, Ulysses convocou reunião para resolver a questão. O deputado Antônio Brito, vice-líder do PMDB, disse que havia resistências em seu partido contra a definição de uma pauta, porque estão inscritos para falar.

A proposta que acabou aprovada pelos líderes mantém as sessões já programadas e assegura aos 237 oradores liberdade para discutir temas de sua escolha. Ao mesmo tempo, serão realizadas sessões extraordinárias nas manhãs de terça, quarta e quinta-feira, durante quatro semanas.

Brito disse que pessoalmente concordava com a proposta, mas levaria o assunto à liderança do partido. Hoje, o líder Mário Covas será procurado pelos demais líderes para dar uma resposta oficial.

Plenário ainda continua vazio

■ Na sessão de ontem da Constituinte, o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Salim Curiati (PDS-SP), discursou para um plenário onde se encontravam apenas 32 parlamentares, menos do que o número mínimo exigido (56) para que a sessão se realize. O deputado falou sobre vários assuntos, desde o direito à casa própria até a manutenção do Sesc e Senai, ameaçados de estatização pelo anteprojeto que saiu das comissões da Constituinte. Ele pediu a suspensão do Jornal da Constituinte e do Diário da Constituinte, no rádio e na televisão, até que sejam estabelecidos critérios que não discriminem parlamentares.

Deputado anota absurdos e pede Carta enxuta

O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), que integra a Comissão de Sistematização da Constituinte, destacou que o grande trabalho dos que desejam uma nova Constituição "enxuta e livre de dispositivos que só consagram a imaginação fundada na demagogia", será o de evitar que escapem "alguns dos absurdos que o relatório de Bernardo Cabral acabou acolhendo".

Entre os absurdos que anotou e cuja supressão propôs através de uma série de emendas "de mérito" que acompanharão o projeto da nova Constituição ao plenário, o parlamentar mineiro destacou os seguintes: "Artigos que tratam da estabilidade aos 90 dias, salário noturno com acréscimo de 50%, jornada de trabalho de 40 horas semanais, pagamento de férias em dobro, pagamento de gratificação natalina, proibição de trabalho extraordinário, piso salarial para todas as categorias (fica só o salário mínimo), proibição de locação de mão de obra e jornada de seis horas para trabalho em turnos".

O parlamentar mineiro pede também a supressão de artigo que prevê como "obrigação" do Estado "garantir alimentação, saúde, trabalho, moradia, saneamento básico, seguridade social, transporte coletivo e educação para todos, com a consignação de verbas, para esse fim, no orçamento federal". E justifica: "Ora, esses direitos têm de ser reconhecidos como um mínimo necessário a uma vida digna, devendo caber ao Estado, aí sim, o estabelecimento de planos e programas para garantir a satisfação dessas necessidades mínimas".